

Título: Centro educacional do idoso

Ano: 2009

Autoria: Camila Rabelo

Carolina Vincentin

Érica Montenegro



REPORTAGEM

Italo Caldeira, 9 anos: escola improvisada com paredes de amianto e teto de zinco



Isabela Lyrio/UnB Agência

CENTRO EDUCACIONAL DO DESLEIXO

Quatro de cada cinco escolas do ensino fundamental no Brasil funcionam sem condições mínimas. Sem livros, sem computador, sem quadras esportivas. Sem luz nem água. Pesquisa da UnB mostra que, no interior, a situação é ainda pior. Professores e alunos resistem

CAMILA RABELO, CAROLINA VICENTIN E ÉRICA MONTENEGRO
Reportagens - Revista Darcy

128 mil escolas brasileiras estão reprovadas no quesito infraestrutura

A lição do descaso é ensinada de segunda a sexta-feira nos quatro cantos do país. A aula acontece em escolas sem água e sem energia elétrica. Colégios com paredes remendadas, tetos com goteiras e pisos esburacados. Os alunos da disciplina 'Desleixo' são obrigados a aprender em escolas sujas, onde não existem banheiros, quadras de esportes, laboratórios de informática e bibliotecas.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que mais de 80% das escolas brasileiras de ensino fundamental estão reprovadas quando se avalia o conjunto: energia elétrica, abastecimento de água, banheiro em condições adequadas, laboratório de informática, biblioteca e quadra para a prática de esportes.

São 128.238 estabelecimentos públicos e particulares onde a falta de infraestrutura física e de equipamentos compromete a qualidade do ensino. A Escola Classe 108/110 de Samambaia, no Distrito Federal, é exemplo dessa triste realidade. As goteiras interrompem as aulas na época da chuva. Na seca, o calor desconcentra. Não são feitas reformas há 20 anos.

No campo, o abandono é maior. Pesquisa da coordenadora do curso de Educação do Campo da UnB, Mônica Molina, revela que 75% das escolas rurais brasileiras não têm biblioteca e 90% não têm laboratórios de informática. "Ainda existe a ideia de que qualquer coisa serve para o campo", lamenta a pesquisadora.

Os professores não dão conta de suprir deficiências que são do Estado. "Por mais dedicado que ele seja, não consegue desenvolver um trabalho eficiente em um ambiente sem condições", aponta Regina Gracindo, professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

A escola mal cuidada provoca cicatrizes na autoestima dos alunos. Também prejudica o rendimento de professores e funcionários. "É impossível se sentir estimulado em um ambiente desagradável. O espaço ideal é lúdico, incentiva a concentração e a criatividade", destaca João Ferreira de Oliveira, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Os problemas de infraestrutura estão entre as causas de abandono dos estudos. O descuido do Estado com a escola pode levar os pais a desistirem de mandar os filhos ao colégio. "O valor que a família dá à educação é fundamen-

tal para manter as crianças na escola", aponta o professor João Ferreira de Oliveira. "Se o colégio é muito ruim, os pais podem achar o estudo perda de tempo", completa.

NÃO FALTA DINHEIRO, FALTA GESTÃO

No Brasil, a educação é financiada com o dinheiro de impostos. A Constituição Federal determina que, no mínimo, 25% da arrecadação da União, dos estados e dos municípios seja aplicada na rede pública. Em cidades mais ricas, esse percentual alcança até 35%. Ou seja, o dinheiro existe, o problema é que ele não chega ao destino final.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), composto por alíquotas de diferentes impostos, é uma das principais fontes de recursos para as escolas públicas. A regra para gastá-lo é usar 60% para o pagamento de profissionais da educação e o restante (40%) em despesas diversas – dinheiro que pode ser usado tanto para a construção e reforma de escolas como para a complementação da folha de pagamento.

A verba do Fundeb é distribuída de acordo com o número de matrículas e varia conforme a região e a escolaridade. Este ano, o Distrito Federal deve investir, no mínimo, R\$ 2.102,79 para cada aluno das séries iniciais do ensino fundamental da zona urbana. Em Goiás, o valor cai para R\$ 1.653,95. Além dos recursos de impostos, o DF conta com mais dinheiro por causa do Fundo Constitucional.

Apesar das verbas de educação serem carimbadas, o destino delas é determinado pelas administrações municipais e estaduais. Aqui começam os problemas de gestão. Mesmo com a transferência sendo feita com base na quantidade de matrículas, não há garantia de que os recursos serão distribuídos às escolas de acordo com esse mesmo padrão. Quem decide como o dinheiro será aplicado são os governadores e os prefeitos.

"Por causa da autonomia municipal, a União não pode dizer o que é prioridade", diz Remi Castioni, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. O dinheiro existe, mas a educação não é prioridade para muitos gestores. "Se o prefeito decidir que a construção de um portal na entrada da cidade é mais importante que a manutenção de uma escola, nada pode ser feito."

Nas próximas páginas, conheça o cotidiano de crianças e adolescentes que estudam em escolas maltratadas.

NA ZONA RURAL, ESCOLAS FICAM NO ESCURO

A Escola Municipal Macaúba, na zona rural de Planaltina de Goiás, a 85 km do centro de Brasília, tem quadro, carteira e a gritaria de crianças na hora do recreio. Mas os 11 meninos e meninas que estudam no local aprendem sem energia elétrica, biblioteca ou computador. Quando querem ir ao banheiro, as crianças – com idades entre 6 e 10 anos – caminham cerca de oito metros para fora da escola e fazem suas necessidades em uma casinha que esconde um buraco no chão e restos de materiais de construção.

Macaúba é uma das 132 escolas de Goiás que não possuem energia elétrica. No Brasil do século XXI, 13,5% das unidades educacionais permanecem no escuro. Pesquisa da UnB mostra que, entre as escolas rurais, o índice chega a 23%. Situação que força Erivânia Montalvan, 34 anos, professora da única classe da escola, a usar somente quadro e papel na hora de repassar o conteúdo às crianças. "Os meninos aprendem bem, mas se eu tivesse aparelho de som e DVD, a aula seria mais dinâmica", reconhece a professora.

O estudo da professora Mônica Molina, coordenadora do curso de Educação do Campo na UnB, revela que 75% das escolas rurais não têm biblioteca e 90% não têm laboratório de informática. A precariedade dos colégios, afirma Mônica, ajuda a explicar a diferença de escolaridade entre o campo e a zona urbana. A população rural passa cerca

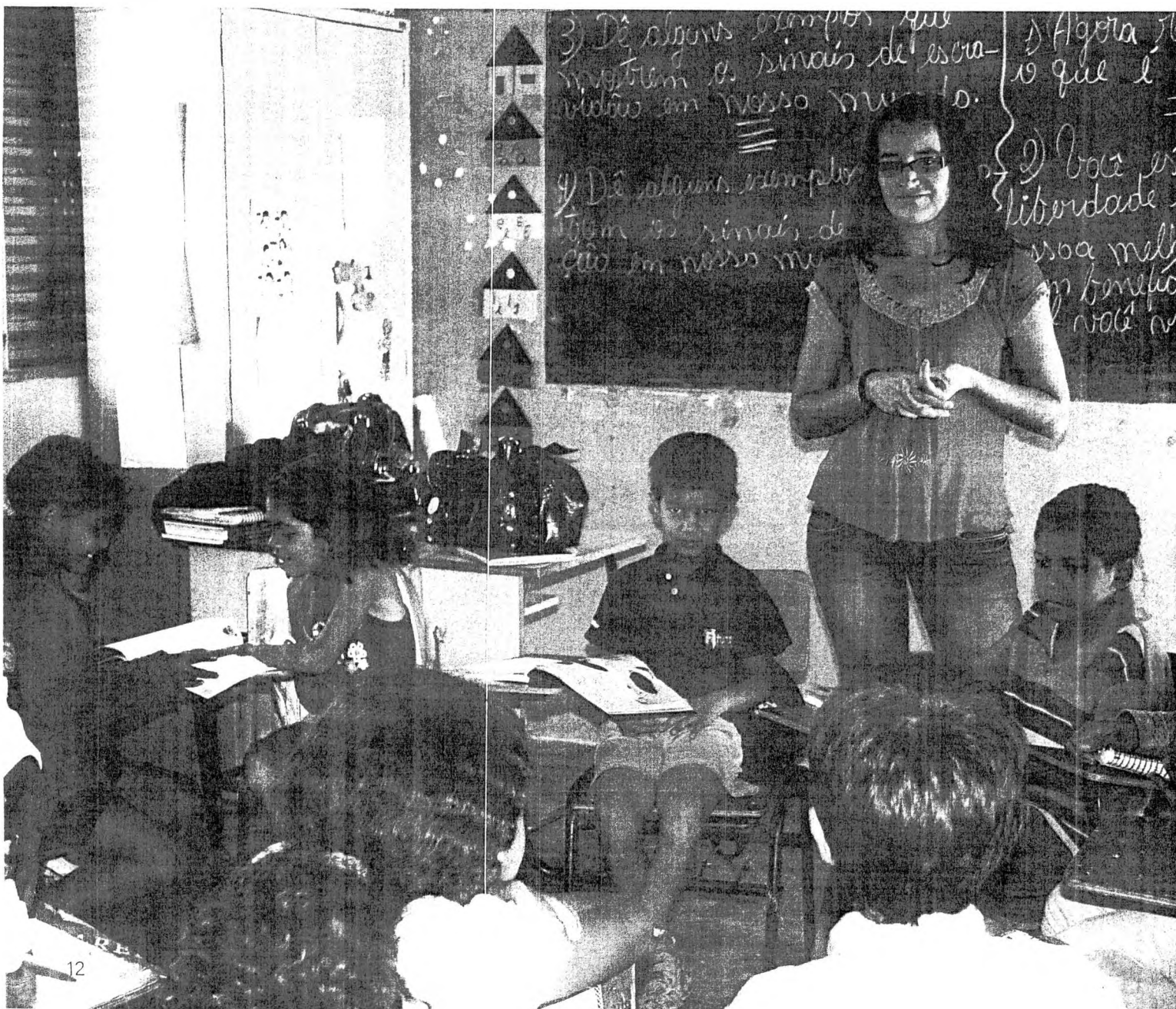
de quatro anos e meio na escola, enquanto na cidade a média chega a sete anos e oito meses de estudo.

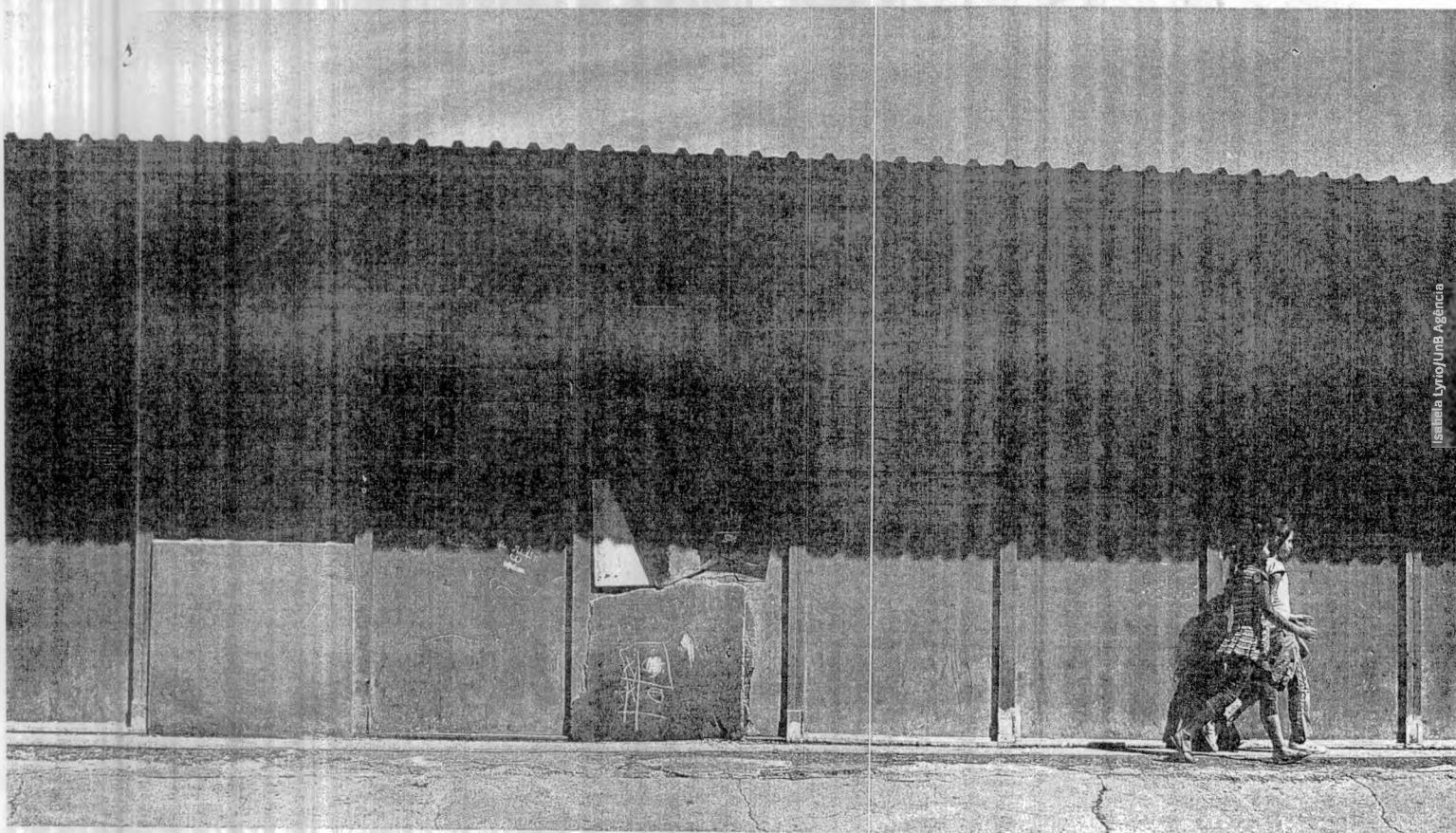
"A ideia de que qualquer coisa serve para o campo, pois lá é tudo atrasado mesmo, esteve presente nas políticas públicas por muito tempo", observa Mônica Molina. "O resultado é que esses meninos e meninas começam a vida com menos condições de igualdade", completa. Outra dificuldade das escolas rurais é educar crianças em classes multisseriadas, que reúnem alunos das séries iniciais do ensino fundamental na mesma turma.

A diretora de Macaúba, Aparecida Gomes Beserra, não sabe por que o colégio permanece às escuras. "Os postes de luz chegam a uma fazenda bem próxima, mas não contemplam a escola", diz. A secretária de Educação de Planaltina de Goiás, Stella Lombardi, que assumiu o cargo em janeiro, foi informada pela reportagem da Darcy que a escola não tinha energia. A secretária informou ter solicitado o ligamento da luz em 27 de maio.

Em Brasília, a coordenadora de Educação do Campo do Ministério da Educação, Vanessa Schim, afirmou que as escolas sem energia elétrica são atendidas com prioridade pelo programa Luz para Todos, também do governo federal. "A partir do momento em que o prefeito solicita a ligação de energia para uma escola, o pedido passa adiante de outras demandas para residências", afirmou.

Erivânia e sua classe: sem luz e sem banheiro





Colégio de Samambaia: 20 anos de precariedade

ESCOLA REMENDADA

Quando chove em Samambaia, as aulas da Escola Classe 108/110 precisam ser interrompidas. As goteiras tornam as classes impraticáveis. "As crianças ficam zanzando de um lado para o outro para fugir da chuva", conta a professora Ana Flávia Barros, 31 anos, responsável pelo 5º ano matutino. Além do teto que não protege, a água entra pelas frestas das portas e pelos remendos feitos nas paredes.

Com 914 alunos, a Escola Classe 108/110 está prestes a completar 20 anos nas mesmas instalações provisórias em que foi inaugurada. Isso significa paredes de placa de amianto e telhas de folha de zinco. "Aqui já veio político de tudo quanto é partido e nenhum deu jeito", conta a vice-diretora Maria Lúcia Pereira da Rocha. Cansada de promessas, ela questiona se cabe falar em igualdade de direitos naquele cenário. "Você acha que os alunos daqui têm estímulo para vir às aulas?"

Hector Fernandes, 10 anos, do 5º ano, imposta a voz, aponta a parede remendada com um pedaço de madeira e ensina a lição do desamparo: "Traduzindo o que todo mundo aqui sabe, a nossa escola está um lixo". Lucas Gabriel Cordeiro, 11 anos, 4º ano, enumera as faltas: "Computador só tem na direção. E biblioteca, quando o professor abre a sala de leitura."

Na Escola Classe 108/110 não há laboratório de informática, nem biblioteca nem auditório. A quadra esportiva foi construída com dinheiro da comunidade, mas não é usada porque o piso precisa de reparos. "A recreação é no pátio. Não dá para jogar futebol", reclama Matheus de Sousa Passos, 11 anos, do 4º ano.

Os problemas de infraestrutura limitam o que a escola poderia oferecer à comunidade. A Escola Classe 108/110 de Samambaia tem professores capacitados para incluir alunos especiais, mas a arquitetura não permite que crianças em cadeiras de rodas sejam matriculadas. Não há banheiros adaptados e os corredores são cheios de desníveis. "A comunidade perde com isso. O profissional fica imensamente frustrado, de mãos atadas", reclama a vice-diretora Maria Lúcia Pereira.

CAMINHÃO-PIPA NA PORTA DO COLÉGIO

Localizada na zona rural de São Sebastião, a Escola Classe São Bartolomeu é uma das oito escolas brasilienses de ensino fundamental que não tem água encanada. No Brasil, 4,3 mil colégios passam pela

mesma dificuldade. Para funcionar, a Escola Classe São Bartolomeu depende de abastecimento feito por caminhão-pipa. Duas vezes por semana – às terças e quintas – um motorista contratado pela Secretaria de Educação abastece a caixa d'água da escola com 10 mil litros.

Para evitar imprevistos, a diretora Célia Regina da Silva Dias mantém o celular do motorista do caminhão na agenda. "Se ele atrasa, a gente liga. Sem água, a escola vira um caos".

No ano passado, faltou água em algumas segundas-feiras. "Chegamos aqui e a caixa d'água estava vazia. Não sabemos se foi roubo ou vazamento", conta a diretora. A partir daí, as professoras começaram a felchar o registro geral antes de sair do colégio. Os dias sem água ficaram na memória das crianças. "O banheiro estava nojento. A gente não tinha nem água para beber", conta Davi Lacerda, 6 anos, da 1ª série.

O problema de abastecimento começou há cinco anos, quando as paredes do poço artesiano da escola desabaram. Próximo à cidade de São Sebastião, o colégio de 170 alunos fica apenas a 1.200 metros de um dos pontos de encanamento da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb).

MELHOR QUE A MÉDIA, MAS LONGE DO IDEAL

Os números do Inep mostram que o Distrito Federal tem indicadores melhores do que a média brasileira em todos os quesitos analisados, exceto quantidade de escolas com biblioteca. Isso não quer dizer que as escolas brasilienses estejam livres de problemas, como revelam os colégios visitados pela revista DARCÝ.

Em 2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou um relatório que apontava como urgente a reforma de 510 entre as 620 escolas que existem na rede pública. Segundo o secretário de Educação, José Luiz Valente, desde então, já foram investidos R\$ 27 milhões em obras. "Acredito que já reformamos 90% das escolas com problemas, mas ainda há trabalho para ser feito", afirma.

Quanto às escolas sem abastecimento de água, Valente explica que a responsabilidade é da Caesb. "O Ministério Público determinou que eles resolvessem ainda em 2009. Enquanto isso não acontece, a Secretaria de Educação contrata uma empresa de caminhão-pipa por licitação", afirma o secretário.



Daiane Souza/UnB Agência

Luana Jesus, 7 anos: na falta de uma biblioteca, leva os livros para ler em casa

CENSO REVELA OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO...

...SEM ÁGUA

1. Pernambuco: 820 (8%)
2. Bahia: 1578 (7,7%)
3. Alagoas: 176 (5,5%)
4. Rio Grande do Norte: 173 (5%)
5. Sergipe: 87 (4%)
- Distrito Federal: 3 (1%)
- Brasil: 4.303 (2,7%)

...SEM BANHEIRO

1. Maranhão: 3.857 (31,3%)
2. Amazonas: 1.280 (25,4%)
3. Roraima: 114 (17,4%)
4. Piauí: 1.138 (17,3%)
5. Tocantins: 301 (6,4%)
- Brasil: 11.100 (6,9%)

...SEM LUZ

1. Acre: 793 (50%)
2. Pará: 5.308 (47,2%)
3. Roraima: 262 (40,1%)
4. Amazonas: 1.549 (30,8%)
5. Tocantins: 537 (29,3%)
- Brasil: 21.523 (13,5%)

...SEM QUADRA DE ESPORTES

1. Maranhão: 11.590 (94%)
2. Acre: 1.490 (93,7%)
3. Amazonas: 4.574 (91%) e Piauí: 5.975 (91%)
4. Alagoas: 2.863 (90,9%)
5. Pará: 10.192 (90,7%)
- Distrito Federal: 286 (37,3%)
- Brasil: 114.253 (71,8%)

...SEM BIBLIOTECAS

1. Maranhão: 11.428 (92,9%)
2. Pará: 10.301 (91%)
3. Piauí: 5.929 (90,3%)
4. Acre: 1.424 (89,6%)
5. Bahia: 17.865 (87,2%)
- Distrito Federal: 601 (78,4%)
- Brasil: 115.419 (72,5%)

...SEM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

1. Maranhão: 11.842 (96,3%)
2. Piauí: 6.261 (95,4%) e Pará: 10.717 (95,4%)
3. Acre: 1507 (94,8%)
4. Amazonas: 4.652 (92,6%)
5. Bahia: 19.234 (93,9%)
- Distrito Federal: 406 (53%)
- Brasil: 128.238 (80,6%)

Fonte: Inep

* No Distrito Federal, todas as escolas têm sanitário e energia elétrica

LIVROS DIVIDEM ESPAÇO COM COMIDA

Em um espaço de 24m², entre mesas, armários e um fogão, estão mil livros esquecidos em prateleiras empoeiradas. Sem biblioteca, o acervo da Escola Classe 62 de Ceilândia, no Distrito Federal, foi colocado ao fundo da sala onde professores organizam aulas e almoçam. As obras pedagógicas e literárias dividem espaço com papéis, documentos e comida, em um ambiente distante do silêncio e da organização necessária para estudos e leitura.

A escola funciona há 18 anos e nunca teve biblioteca. Falta espaço e um profissional para cuidar do acervo. A direção montou uma sala de leitura há um ano. Em vão. Logo a sala dos professores virou sala de aula e os professores ocuparam a sala de leitura. "O número de salas é pequeno diante da demanda. Temos espaços vazios, mas é difícil conseguir autorização e dinheiro para construir", afirma a diretora Helena Alves.

Aos 53 anos, 22 deles dedicados ao magistério, ela aprendeu que criatividade pode ajudar a amenizar os problemas de infraestrutura. A escola criou, há oito anos, o projeto *Quer se divertir para valer? Que tal começar a ler?*. Uma caixa com 42 obras literárias infantis passeia por uma das 34 turmas a cada semana e as crianças levam os livros para casa aos sábados e domingos. Na escola, o universo de leitura dos 1.058 alunos, entre 4 e 14 anos, está restrito aos 42 títulos da caixa itinerante.

A coordenadora pedagógica da unidade, Cláudia Lopes Paranhos, reconhece que a iniciativa não substitui uma biblioteca. "A criança não tem acesso aos diferentes gêneros, sem contar que um espaço apropriado ajuda a criar o hábito de leitura e de pesquisa", ressalta.

ONDE FICA A BIBLIOTECA?

Biblioteca é espaço raro nas escolas brasileiras de ensino fundamental. Ao todo, 115,4 mil instituições funcionam sem uma sala com acervo organizado. Representam 72,5% do total. Embora nenhuma lei obrigue o funcionamento de uma biblioteca nas escolas, a Lei de Diretrizes e Bases coloca o domínio da leitura como uma das três habilidades básicas do ensino, ao lado da escrita e do cálculo.

A construção de bibliotecas disputa recursos com todos os demais investimentos de infraestrutura. Não existe um programa específico para atender essa demanda. No Distrito Federal, quase 80% das escolas não têm bibliotecas. Na rede pública, o investimento concentra-se em montar salas de leitura.

As salas de leitura, entretanto, não substituem as bibliotecas no aprendizado do aluno. As bibliotecas incentivam a autonomia dos estudantes para fazer pesquisas e complementam o aprendizado da sala de aula, segundo Robson Tinoco, professor do Instituto de Letras da UnB. "O papel do bibliotecário é fundamental, é ele quem vai despertar a curiosidade do aluno e orientar a sua pesquisa", destaca. Na ausência do Estado, as escolas públicas dependem da caridade do setor privado. A Escola Classe SRIA, no setor de Indústria e Abastecimento de Brasília, recorreu



Tales Fernando, 5 anos: esporte sem quadra.
Escola de Planaltina não tem estrutura para educação física

a uma parceria com uma empresa de siderurgia para construir a sala de leitura em maio de 2009, depois de 30 anos sem um espaço para abrigar os livros.

"A leitura é o alicerce de todo aprendizado e faz diferença no desenvolvimento intelectual da criança", ressalta a diretora Consuelo Martins, 43 anos. O colégio atende 230 alunos, de 4 a 10 anos. A maior parte deles mora na Estrutural, região pobre do DF. "Os estudantes vivem em uma região carente, não têm acesso à biblioteca, nem livros em casa. A escola é a única oportunidade nesse sentido", pondera.

O esforço dos professores em inserir a leitura no cotidiano dessas crianças é notado quando bate o sinal do recreio. Depois do intervalo, o barulho das brincadeiras dá lugar a muitas histórias. Foi assim que Isabela Faria, 8 anos, aluna da 2ª série, aprendeu a gostar de ler. "Leio todos os dias antes de dormir. Quando meus pais estão com problema, eu leio uma história para eles e eles ficam calmos", conta a menina.

APERTO PARA APRENDER, LANCHAR E BRINCAR

Os 550 alunos da Escola Classe 11 de Planaltina, com idades entre 4 e 5 anos, precisam se revezar para brincar. Cada turma tem direito a três sessões de 50 minutos por semana no único parquinho da escola. O rígido cronograma foi estabelecido para contornar as dificuldades físicas do colégio.

A falta de cobertura não permite que a quadra de esportes seja usada pelos estudantes. "A quadra fica o dia inteiro no sol, não dá para botar as crianças ali", lamenta o diretor Ivan José Silva. Como o parquinho é pequeno, as professoras improvisam atividades nas escadas, um dos poucos espaços que ficam à sombra das árvores.

As restrições físicas também impedem que as crianças sejam apresentadas à informática. O colégio tem oito computadores doados pelo Tribunal de Justiça do DF. Mas, dentro de um pequeno quarto, as máquinas ficam desligadas porque não há refrigeração adequada.

As crianças são mantidas dentro das salas de aula até na hora do lanche. A escola não tem refeitório, o que obriga as professoras a servir a merenda no mesmo espaço em que dão aulas. "É sujo, é anti-higiénico. As crianças comem na mesma mesa em que estudam", reclama a professora Ana Flávia de Sousa, 30 anos. O processo também torna as classes menos produtivas porque os professores têm de parar a aula por pelo menos 50 minutos – tempo gasto entre organizar o lanche e reorganizar a sala.

Dos seis blocos da Escola Classe 11, quatro são de madeira. Neles, o teto é coberto por folhas de zinco, o que torna a temperatura dentro das salas muito mais alta. "Nos dias quentes, fica insuportável. O calor deixa as crianças inquietas", desabafa o diretor Ivan José Silva. "Para as professoras, é mais difícil controlar a turma", reconhece.

Convicto de que as dificuldades físicas influenciam na qualidade de ensino, o diretor da Escola Classe 11 faz uma proposta para as autoridades do país. Na opinião dele, todos os funcionários públicos com cargo de chefia deveriam ser obrigados a manter pelo menos um dos filhos na rede pública. "É a única maneira de as pessoas que mandam se importarem com a escola pública." ■

SAIBA MAIS

ONG Todos Pela Educação
www.todospelaeducacao.org.br

Desigualdade e desempenho – Uma introdução à sociologia da escola brasileira
de Maria Lígia de Oliveira Barbosa (Editora Argvmentvm, 2009)

Comentários para os repórteres: camilarabelo@unb.br,
carolina@unb.br e ericam@unb.br